

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



A GUERRA

VOLUME 30, 2009

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

OS ESTADOS UNIDOS DA EUROPA E OS CONGRESSOS UNIVERSAIS DA PAZ

No fim do século XIX, a ideia de Europa unida é de novo re vivificada no quadro da vida política e intelectual. Retomando o utopismo da "primavera dos povos" de 1848, ela adquire um novo vigor com o movimento pacifista que ganha particular alento, sobretudo depois de 1889, data do primeiro Congresso Universal da Paz realizado em Paris. Múltiplos congressos de militantes e conferências interparlamentares (respectivamente vinte e dezoito, antes de 1914) consolidaram o pacifismo europeu tornando seu o projecto de Federação, fazendo-o também coexistir no seio da sua ideologia heterogénea com o patriotismo, o liberalismo, o cosmopolitismo. É neste clima de tempo pacifista, mas por iniciativa dos governos, que têm lugar as conferências de Haia, em 1899 e em 1907. Nelas se procura definir um método da paz cujo princípio seria a conciliação internacional e, como instrumento operatório, um tribunal permanente de arbitragem.

É também no âmbito traçado pelas conferências fundadoras que vai prosperar a ideia de Europa unida entendida como meio e como etapa para a Paz universal. Ideia esta que adquire então interesse relevante nos escritos do economista Frédéric Passy, do deputado Paul d'Estournelles de Constant e do sociólogo russo Jacques Navicow. De igual modo,

* Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Coordenadora Científica do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra - CEIS20.

revistas há ñas décadas finisseculares de Oitocentos que fazem da questão da paz a sua matéria privilegiada. Citem-se alguns exemplos: *L'Européen*, dirigida pelo historiador Charles Seignobos, ou *La Paix par le droit*, de Théodore Ruysen, ou ainda *États-Units d'Europe*, publicação mensal da *Ligue internationale de la paix et de la liberté*, criada em 1867 por Charles Lemmonier. Sinal dos tempos, o Congresso de Ciências Políticas, que tem lugar em Paris, em Junho de 1900, arvora a *ideia europeia* como objecto dos seus trabalhos a nível político e diplomático. Assim, a ideia europeia parece deixar o universo dos sonhadores e dos utópicos para penetrar os espíritos mais positivos que perspectivam interesses e vantagens materiais ou políticas.

O pacifismo europeu, que culmina com as já referidas conferências de Haia de 1899 e 1907, coloca o princípio da conciliação internacional como um ideal. E se a ideia de Federação europeia é ainda objecto de utopia da política-ficção situada num horizonte longínquo, ela é doravante vista como o instrumento concreto do estabelecimento desta política de Paz.

Como tal, não admira que a questão dos Estados Unidos da Europa tenha sido também inscrita na ordem do dia dos Congressos Universais da Paz, encontros quase anuais das principais sociedades pacifistas da Europa e da América.

Com uma inspiração política liberal e de origem protestante, as primeiras sociedades de Paz haviam surgido quase simultaneamente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América, no final das guerras napoleónicas. Lembre-se que a *American Peace Society* foi fundada em Nova York em 1815 e a *London Peace Society*, com nítida influência quaker, constituiu-se em 1816. No Continente, a primeira sociedade da Paz foi criada em Genebra, em 1830. Muitas outras se formaram em vários países europeus e delas faziam parte cidadãos de classe média e pequena burguesia, do mesmo modo que integravam mulheres desses mesmos estratos sociais. Qual o seu objectivo primordial? Estimular a reflexão sobre questões relacionadas com a Paz. A sua influência social cresceu ao longo de Oitocentos. Divulgou-se uma imprensa porta-voz desses movimentos e sociedades: opúsculos, folhetos, jornais. Em 1815, foi dado a público, nos Estados Unidos, o jornal *The Friend of Peace*. Em 1819, surge o periódico *Herald of Peace*, em Londres; em 1844, circulava a folha *La Paix des Deux-Mondes*.

Tecem-se autênticas redes de solidariedade internacional e os congressos sucedem-se: o primeiro tem lugar em Londres, em 1843,

e outros se realizam em Bruxelas (1848), em Paris (1849), e novamente em Londres (1851). Neles participaram intelectuais, homens de negócios, profissionais liberais, políticos, livres-pensadores, clérigos, mulheres. Anos mais tarde, fruto de encontros internacionais, duas grandes organizações foram criadas - a *Ligue Internationale et Permanente de la Paix*, fundada por Frédéric Passy, em Paris, e, em Genebra, a *Ligue Internationale de la Paix et de la Liberté*. Saliente-se ainda a importância da *Ligue des Femmes pour le Désarmement International*, criada em 1897 e, nos inícios do século XX, destacou-se a actividade da sociedade *La Paix et le Désarmement par les Femmes*. Data de 1889 a formação da *União Interparlamentar* e a sua primeira Conferência ocorreu, nesse mesmo ano, em Paris. Com um carácter informativo e consultivo, mas não deliberativo, estas Conferências procuravam uma cooperação intergovernamental para a consecução da Paz.

As Sociedades da Paz, presentes no Primeiro Congresso Universal de 1889, agregaram-se sob o nome de *União Internacional das Sociedades da Paz*. Tornava-se evidente a necessidade de uma instituição permanente, coordenadora e que representasse internacionalmente o movimento pacifista. Com este objectivo, decidiu-se, em 1891, a criação do *Gabinete Permanente Internacional da Paz*, órgão executivo da *União Internacional das Sociedades da Paz*, já referida, com sede em Berna. Ele seria o elo de ligação entre sociedades, associações e ligas de carácter pacifista de âmbito nacional e internacional⁽¹⁾.

Os Primeiros Congressos Universais

A série regular de congressos internacionais iniciada em 1889 (conhecidos como *Congressos Universais da Paz*) representa a herança do ideal de paz perpétua dos projectistas da paz do século XVIII e é também

⁽¹⁾ A *União Inter-parlamentar*, actualmente com sede em Genebra, tem como membros mais de 130 parlamentos nacionais. As Conferências Inter-parlamentares realizavam-se todos os anos, desde 1889, à excepção do período durante as duas grandes guerras e, após 1914, ocorriam duas em cada ano. Leia-se Ana Maria de Oliveira Henggler, *A (re)construção da Paz na primeira metade do século XX*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008, *passim* (tese de mestrado policopiada).

um legado dos congressos de meados de Oitocentos. No discurso da sessão de abertura, o presidente do Congresso Universal da Paz de 1889, que ocorre em Paris, Charles Lemmonier, apresenta as suas linhas programáticas: encontro e harmonização de esforços das organizações pacifistas; reflexão sobre questões de ordem internacional; aproximação dos povos no respeito pela justiça e pelo direito. Recomendava-se então o pacto federativo entre os Estados europeus. No Congresso Universal da Paz, que teve lugar em Roma, em 1891, convidavam-se todas as sociedades europeias pacifistas a fazer dos Estados Unidos da Europa o fim supremo da sua propaganda; no de Berna, em 1892, considerava-se que a "união federal da Europa" era o meio de pôr termo ao "estado de anarquia no qual se encontram as diferentes nações europeias"⁽²⁾. As esperanças dos pacifistas, na linha das Conferências Internacionais da Paz de Haia, voltavam-se para as fórmulas de arbitragem internacional, isto é, para uma "federação internacional de todos os interesses intelectuais e económicos da humanidade", como se refere na *Resolução do XVII Congresso Universal da Paz*, realizado em Londres, em 1908⁽³⁾.

A criação, em 1919, da Sociedade das Nações com vocação universal assumiu então, e em grande parte, as aspirações de pacifistas e parecia relegar definitivamente a ideia europeia para as generosas utopias do passado. Porém, ela conheceu, nos anos 20, um crescente interesse no seio de uma parte da opinião pública. Compreende-se, desta forma, que organizações especificamente destinadas a promovê-la tenham sido criadas. Os Congressos Universais da Paz não puderam permanecer indiferentes a esse movimento de ideias, ao qual estava ligada uma franja não negligenciável das elites europeias da época.

Assim sendo, a questão europeia recuperou um lugar assinalável - mas desigual - nos treze *Congressos Universais da Paz* que se reuniram de 1921 a 1939 no Luxemburgo, em Londres, em Berlim, em Paris, em Genebra, em Varsóvia, em Atenas, em Bruxelas, em Viena,

(2) Ver *VI^{ème} Congrès national des sociétés françaises de la paix. Compte-rendu des séances et documents annexes*, Reims, 1909, p. 39.

(3) "Résolutions du XVII^{ème} Congrès universel de la paix", *Revue générale de droit international public*, 1908, p. 619. Leia-se Jacques Bariéty, "La paix par le droit, la prospérité et l'entente européenne. Les États-Unis d'Europe, 1919-1933", in Marta Petricoli, Donatella Cherubini, Alessandra Antheghini (éds.), *Les États-Unis d'Europe. Un projet pacifiste*, Berne, Peter Lang, 2004, pp. 419-433.

em Locarno, em Cardiff e em Zurique. Na verdade, se estas assembleias demonstraram que a ideia de unidade europeia se conservava no seio dos meios pacifistas, elas permitiram, de igual modo, constatar que a solução europeia suscitava reticências e até mesmo oposições. Poderá então perguntar-se: os *Congressos Universais da Paz* desempenharam, no período entre as duas guerras, o papel - que aliás tinham já exercido no passado - de vectores do europeísmo ou, ao contrário, procuraram refrear um movimento que poderia concorrer com a Sociedade das Nações? Isto é, opor-se-iam ao ideal da SDN de cooperação mundial e de paz universal?

A reconciliação dos pacifistas

Com a Sociedade das Nações consagrava-se oficialmente a noção de "paz pelo direito", o que poderia simbolizar o triunfo dos pacifistas. Para isso, muito contribuíram a propaganda e a vintena de Congressos Universais que ocorreram antes da I Guerra Mundial⁴(5).

Na realidade, os militantes para a paz lutavam pelo seu sucesso, tanto mais que a guerra mundial de 1914-1918 tinha enfraquecido o movimento pacifista. Com efeito, as sociedades da paz tinham perdido um grande número dos seus membros e a sua doutrina não colhia o entusiasmo da opinião pública, pois elas tinham sido incapazes de evitar a grande catástrofe de 1914.

Por outro lado, as antigas sociedades da paz defrontavam-se com a concorrência das novas associações que apoiavam a Sociedade das Nações. Acresce sublinhar que esse apoio advinha também de um certo número de pacifistas, antimilitaristas e radicais pacifistas, cujo número estava em ascensão. Como tal, os *Congressos Universais da Paz* do pós-I Guerra foram marcados pelas lutas de influência entre conservadores (sobretudo Franceses e Belgas) e os progressistas, mais

(4) Veja-se Marta Petricioli, Donatella Cherubini, Alessandra Anteghini (éds.), *Les États-Unis d'Europe. Un project pacifiste, ob. cit., passim.*

(5) "La Société des nations", *Le Mouvement pacifiste*, octobre-décembre 1920, p. 53. Leia-se Enrica Costa Bona, "Le Bureau international de la paix et la Société des Nations", in *Pour la paix en Europe*, Bruxelles, Peter Lang, 2007, pp. 19-39.

radicais (Alemães, Ingleses, Escandinavos), que esperavam a revisão do Tratado de Versalhes⁽⁶⁾.

De facto, a I Guerra tinha cavado um profundo fosso no seio do movimento internacional para a paz entre os pacifistas do campo dos Aliados e os dos Impérios da Europa Central. Basta lembrar que a reconciliação dos pacifistas franceses e alemães se mostrou particularmente difícil no Congresso do pós-guerra reunido no Luxemburgo, em 1921. O chefe da delegação francesa, Émile Arnaud, declarou então que o povo francês não queria humilhar ninguém. São suas estas palavras: "On verra le peuple français collaborer joyeusement à l'œuvre de la paix et ne chercher là que sa sécurité et son droit". E concluía assim o seu discurso: "Vivent les États-Unis d'Europe. Vivent les États-Unis du monde"⁽⁷⁾.

Uma Federação Mundial?

O apelo à federação mundial reflectia bem o espírito dos anos iniciais do século XX. É que uma nova ordem mundial exigia uma reorganização jurídica do mundo inteiro e não apenas dos Estados Unidos da Europa. Os pacifistas aspiravam maioritariamente a uma união mundial e eles sentiam-se, mais do que nunca, cidadãos do mundo. É verdade que eles não tinham perdido o seu sentimento patriótico, mas, como declarava um pacifista francês no Congresso de Berlim de 1924, "tout homme civilisé... a deux patries. La première, c'est son pays natal; la seconde, c'est l'Humanité"⁽⁸⁾.

Esta aspiração a uma humanidade juridicamente organizada encontrava-se em parte prevista pela criação da Sociedade das Nações,

⁽⁶⁾ lide Gorguet, *Les mouvements pacifistes et la réconciliation franco-allemande dans les années 1920 (1919-1931)*, Berne, Peter Lang, 1999, p. 144; e Jean-Michel Guieu, "Les Congrès universels de la paix et la question de l'unité européenne, 1921-1939", in *Pour la paix en Europe, ob. cit.*, pp. 387-405.

⁽⁷⁾ *XXI^{ème} Congrès universel de la paix tenu à Luxembourg du 10 au 13 août, 1921*, Berne, BIP, p. 15.

⁽⁸⁾ "Discours prononcé le 2 octobre 1924 par Ferdinand Buisson", *Bulletin officiel du XXIII^{ème} Congrès universel de la paix tenu à Berlin du 2 au 8 octobre 1924*, Berlin, p. 16.

que os pacifistas consideravam como sua progenitora. Ela era, a seu ver, o centro de uma verdadeira federação dos povos e a sua existência transformaria as relações internacionais. "Un grand changement c'est produit, incomparable, un grand progrès dans la défense de la cause pacifiste. Il y a une Société des Nations [...]. Ce n'est pas une chimère, un rêve, une utopie, c'est une réalité vivante, une institution puissante que nous devons soutenir, étendre et perfectionner [...]. Et nous deviendrions en ne lui donnant pas notre plein appui, les amis de la guerre, et non plus les amis de la paix"⁽⁹⁾. E os pacifistas dos países vencedores acreditavam e defendiam que a Sociedade das Nações poderia propiciar uma revisão do Tratado de Versalhes. Compreende-se, assim, que, num caso como noutro, a união específica dos povos europeus não parecia já de tanta actualidade.

Reacção à mensagem paneuropeia

Não admira, portanto, que no *Congresso Universal da Paz*, que teve lugar em Berlim entre 2 e 8 de Outubro de 1924, tivesse havido uma manifestação muito reticente ao projecto paneuropeu de Richard Coudenhove-Kalergi. Este aristocrata austro-húngaro publicara, em 1923, uma obra intitulada *Pan-Europa*. Nela exprimia uma crítica veemente à Sociedade das Nações, uma organização genovesa que incarnava, aos seus olhos, uma "représentation d'États, groupés pêle-mêle et sans choix"⁽¹⁰⁾. Todavia, para Kalergi, Pan-Europa e Sociedade das Nações não se opunham. Na sua óptica, a descentralização da organização genovesa era mesmo o meio para atingir os objectivos desejados. Entendia que certas questões não poderiam encontrar uma solução se não no plano internacional, como, por exemplo, a do desarmamento. Outras, porém, deveriam ser tratadas no plano europeu, porque, assim o afirmava, eram especificamente europeias, em concreto, como sugeria, o problema das minorias nacionais. Kalergi excluía a URSS, por razões políticas,

⁽⁹⁾ Charles Richet, 1 septembre 1925, *Le XXIV^{ème} Congrès universel de la paix*, Paris, 1^{er}T6 septembre 1925, Paris-Genève, 1926, p. 119.

⁽¹⁰⁾ Apud Frank Théry, *Construire l'Europe dans les années 1920. L'action de l'Union européenne sur la scène franco-allemande, 1924-1932*, Institut européen de l'Université de Genève, coll. "Euryopa", 1998, p. 18.

e a Inglaterra, pelo seu grande império colonial. Este era, a seu ver, um vasto conjunto regional.

A mensagem europeísta de Coudenhove-Kalergi não convenceu alguns delegados da Sociedade das Nações que consideravam que os interesses europeus específicos, em si, não passavam de uma pura ficção. Um caso concreto era apontado: a Espanha tinha uma maior e mais profunda relação com a América do Sul do que com a Europa Balcânica. Outros lamentavam a solução europeísta sem a Grã-Bretanha.

Não admira, portanto, que o XXXIII Congresso, em Berlim, reafirmasse o primado da Sociedade das Nações para manter a paz no mundo e na Europa.

Mas a organização económica da paz, tão debatida nos anos 20, iria suscitar um particular interesse pelas soluções europeias.

Europa e os nacionalismos económicos

Desde 1921, os *Congressos Universais da Paz* tinham encetado uma luta contra o nacionalismo económico pois consideravam "as rivalidades de ordem económica" uma das causas da guerra. Assim, o desarmamento económico era a condição primordial, tal como o desarmamento militar e o "desarmamento moral"⁽¹¹⁾. Compreende-se, portanto, que no Congresso de 1925 se insistisse veementemente na separação "ao plus tôt possible de son Etat actuel d'anarchie économique". Prescrevia-se a solução: a divisão internacional do trabalho, a intensificação das trocas internacionais num mais desenvolvido regime de livre e fecunda cooperação económica de todos os povos. Visava-se, deste modo, que tais medidas contribuíssem para essa obra comum com todos os recursos do solo e todas as forças da sua raça e da sua civilização⁽¹²⁾. E era muito claro que o continente europeu sofria duramente as sequelas desse "nacionalismo económico". É que as novas fronteiras políticas da Europa eram, com efeito, fronteiras económicas que se erguiam contra a "livre circulação de matérias-primas, de produtos e de mão de obra". Segundo o pacifista britânico Norman Angeli, num relatório apresentado ao Congresso de 1925, em Paris,

⁽¹¹⁾Le XXIV^{ème} Congrès..., *ob. dt.*, pp. 214-215.

⁽¹²⁾*Idem, ibidem.*

o nacionalismo tornara-se para os europeus "um dogma". E dizia: "o nacionalismo económico não pode, não deve permanecer". E ilustrava as suas palavras com o caso, para si exemplar, dos Estados Unidos da América. Nestes, pelo contrário, reinava uma "liberdade de movimento absoluta". Não há dúvida de que para os pacifistas europeus esse fraccionamento e essa pulverização dos mercados europeus marcavam a diferença dos níveis de vida nos Estados Unidos da América e nos mais evoluídos Estados da Europa. Por tudo isto, entendiam que era necessário renunciar ao sistema de barreiras alfandegárias que, a seu ver, "paralisavam a circulação normal dos produtos e impediam toda a colaboração fecunda dos povos"⁽¹³⁾.

E os *Congressos Universais da Paz* defrontam-se com esta questão: concretizar o livre-câmbio mundial ou favorecer, em primeiro lugar, a constituição de uma união aduaneira europeia?

União aduaneira universal ou europeia?

O *Congresso Universal da Paz* de 1924 evocou a "união aduaneira universal" pela concretização imediata "da plena liberdade de comércio". Porém, os Congressos seguintes reflectiram sobre a organização económica da paz e valorizaram o interesse de uma acção especificamente europeia.

Assim, num relatório preliminar apresentado ao *Congresso Universal da Paz* de Paris, em 1925, o presidente da sociedade austríaca da paz, Rudolf Goldscheid, e o director dos serviços de estatística de Berlim, Robert Kuczynski, propuseram a realização de um *Zollverein* europeu, prelúdio dos futuros Estados Unidos da Europa. Pressupunha-se a elaboração de um sistema uniforme de tratados de comércio que poderia conduzir à instituição de um Parlamento europeu que se consagraria exclusivamente às questões económicas. Procurava-se, desta forma, a aproximação do conjunto das nações europeias através da sua união económica, consolidada esta numa reunião aduaneira.

Todavia, o *Congresso Universal da Paz* de 1926 deixou transparecer divergências entre pacifistas sobre a questão da unidade económica

(13) "Rapport de Rodolphe Goldscheid et de Robert Kuczynski, in *Le XX^e Vème Congrès...*, *ob. cit.*, p. 74.

da Europa, um fim que parecia demasiado redutor a todos quantos alimentavam a esperança do livre-câmbio internacional. Lembrem-se as palavras do conselheiro ministerial Albert Falkenberg: "La pacification du monde ne sera nullement assurée par une organisation qui ferait tomber les barrières douanières entre les différents Etats de Europe, mais qui les laisserait subsister de continent à continent. L'union douanière européenne ne doit être qu'une étape vers le libre échange entre tous les pays du monde"⁽¹⁴⁾.

Propôs-se mesmo (um polaco) a supressão da palavra "Europa". Mostrava-se, pois, que essa união económica deveria fazer-se entre todos os Estados sem excluir os Estados Unidos da América.

Mas a unidade europeia tinha também fervorosos apóstolos nos meios pacifistas e alguns deles integravam organizações privadas que defendiam o ideal europeu, tal como a *União Aduaneira Europeia* e a *Federação para a União Europeia*. Não admira, portanto, que no *Congresso Universal da Paz* de 1926 se adoptasse a resolução de se formar a "união económica dos Estados Europeus", união esta bem alargada à "política comercial, transportes, sistemas monetários, mão-de-obra, etc.". Pretendia-se, desta forma, que a política de paz europeia, iniciada pelos acordos de Locarno em 1925, fosse aplicada aos diferentes domínios da vida económica, a fim de conduzir "gradualmente à união económica geral da Europa, vital para todos os povos da Europa". Esta resolução descriminava-se nos seguintes termos: "a união económica, política e intelectual da França, da Alemanha e da Inglaterra" era o caminho mais curto que conduziria à união aduaneira europeia e aos Estados Unidos da Europa e à organização mundial para a manutenção da Paz⁽¹⁵⁾. Criava-se, desta forma, um núcleo de cristalização - França, Alemanha, Inglaterra - à volta do qual se viriam a agrupar os Estados Unidos da Europa.

É importante sublinhar que em 1928, no XXVI Congresso, o célebre publicista Francis Delaisi declarava que existia um problema especificamente europeu. Fala-nos então de duas Europas: a "Europe du cheval-vapeur", isto é, a Europa do Ocidente, industrial, e a Europa de Leste e do Sul, quase exclusivamente agrícola - duas Europas complementares. E, para assegurar o seu equilíbrio económico e social, não restava senão

⁽¹⁴⁾*Idem, ibidem*, p. 62.

⁽¹⁵⁾*Idem, ibidem*, p. 169.

à Europa industrial um só mercado, o qual ela expandiria à Europa oriental e à Europa mediterrânica.

Os congressistas pareciam já menos rendidos às soluções universais. Isto é, "o universo" não lhes parecia ainda "o ponto de equilíbrio económico que se pudesse estabelecer entre todos os homens segundo princípios uniformes".

E a proposta feita em 1929 pelo ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Aristide Briand, ao declarar que era necessário criar um "laço federal" entre os povos europeus, iria necessariamente estimular os pacifistas a tomar mais claramente uma posição.

Crise económica - a união europeia, solução para a crise?

Uma grande parte do *XXVII Congresso Universal da Paz*, reunido em Atenas de 6 a 10 de Outubro de 1929, foi dedicada à reflexão e discussão do projecto de Aristide Briand. Nem todos comungavam, porém, a ideia de que a federação política fosse primordial. Ponderou-se mesmo a possível articulação entre a federação económica e política mas constituída no âmbito da Sociedade das Nações. A federação era entendida num quadro mais amplo. Isto é, como "federação de todos os povos", o mesmo é dizer, "federação universal". Ora, esta concepção dividia os pacifistas e a dúvida subsistia: a criação imediata de federações restritas seria o melhor meio (ou não) de realizar o ideal de federação universal?

O contexto internacional em que se enquadra o *XXVIII Congresso Universal da Paz*, em Bruxelas, em 1931, era de notória e profunda crise, sobretudo uma crise económica caracterizada por um índice elevado de desemprego e de acentuada miséria. É importante referir como os *Congressos Universais da Paz* foram progressivamente levados a interessar-se pelos benefícios que a situação económica e a paz europeias poderiam retirar de acordos regionais. Neste sentido, realizaram-se conferências no espaço balcânico (com representantes da Grécia, Albânia, Roménia, Turquia e Jugoslávia). Multiplicaram-se os pactos e os *Congressos Universais da Paz* acolhiam-nos como uma boa solução para dirimir as tensões europeias. Compreende-se, nesta conjuntura, que em 1932 o *Congresso Universal da Paz* de Viena tenha aplaudido com satisfação esses pactos regionais. Por exemplo, um pacto greco-turco ou um pacto polaco-soviético. E o valor desses

acordos regionais foi reiterado no XXX Congresso, em 1934, reunido em Locarno, pois ofereciam "vantagens práticas incontestáveis", desde que respeitassem o espírito do Pacto da Sociedade das Nações. Como Georges Scelle, professor de Direito Internacional, referia: "cette éclosion successive et sporadique d'îlots de sécurité, dans l'océan de la méfiance et de l'incertitude universelles, serait de nature à solidifier peu à peu le terrain des relations internationales"¹⁶.

Mas a ascensão e a consolidação dos regimes ditatoriais nos anos 30 pareciam conduzir a Europa para o abismo e os pacifistas viram, pouco a pouco, subverter-se os valores em que sempre haviam acreditado.

Tensões e esperança europeista

Face às crescentes tensões vividas na Europa, a tendência manifesta nos Congressos Universais da Paz mantém-se primordialmente no espírito de conciliação e de diálogo no seio da Sociedade das Nações.

O XXXI Congresso Universal da Paz, que teve lugar em Junho de 1936, em Cardiff, após a remilitarização da Renânia, condenou a violação do tratado de Locarno, da responsabilidade de Hitler, mas também se manifestou a favor de um desejável acordo franco-alemão, essencial e indispensável à Paz na Europa. De igual modo, os pacifistas contestaram a atitude da Itália no conflito com a Etiópia. Finalmente, o Congresso de 1936 exprimiu os votos pela conciliação dos princípios fundamentais da Sociedade das Nações com a cooperação das potências europeias prevendo, para tal objectivo, a revisão pacífica dos tratados de paz. Para concretizar este desiderato, o Congresso estimulou a realização imediata de uma conferência internacional na qual as potências, que haviam assinado os Tratados de Locarno, pudessem adoptar uma "verdadeira convenção institucional", criando no quadro da Sociedade das Nações uma "União Federativa"⁽¹⁷⁾.

⁽¹⁶⁾ Georges Scelle, "Tes accords de Locarno, leur mission de paix en Europe dans le cadre de la Société des Nations", in *XXX Congrès universel de la paix tenu à Locarno du 1^{er} au 6 septembre 1934*. Documents officiels, Genève, BIP, p. 179.

⁽¹⁷⁾ XXXI Congrès universel de la paix tenu à Cardiff du 13 au 19 juin 1936. Documents officiels, Genève, BIP, p. 134. Lembrem-se as iniciativas de Lucien Le Foyer neste Congresso bem como no de Paris, em Agosto de 1937.

E é a esta luz que, no ano seguinte, em Agosto de 1937, no XXXII Congresso Universal da Paz, em Paris, se formulam algumas propostas, sem dúvida utópicas, no quadro da conjuntura internacional: uma constituição política a nível mundial, uma Sociedade das Nações transformada em Federação dos povos, com um poder central internacional a exercer por membros eleitos por sufrágio universal e dotado de uma força de polícia internacional. A comissão de estudo para a União Europeia da Sociedade das Nações, formalmente reeleita em cada ano, deveria reunir, na perspectiva dos congressistas, a fim de consumir "l'Union fédérale européenne, objet de sa mission, et préface de la Fédération des États du monde"⁽¹⁸⁾.

Apesar da grave situação internacional, que se agudizava progressivamente, o XXXIII Congresso Universal da Paz de Zurique (21-24 de Agosto de 1939), considerado como uma "émouvante manifestation de ceux qui s'obstinent à espérer", continuava a propor uma Conferência Internacional Geral, de ordem económica e de ordem política, que teria como objectivo o restabelecimento de uma paz durável e o desarmamento, reconhecendo-se, todavia, que na hora presente os povos teriam necessidade de manter os seus armamentos nacionais e de se unir na defesa contra eventuais agressões.

Mas o Congresso de Zurique reafirmava a sua "indefectível ligação" aos princípios da Sociedade das Nações. Reconhecia-se de novo o interesse de uma certa descentralização permitindo um regionalismo profundo e fecundo que, por certo, desenvolveria nos quadros geográficos mais restritos os princípios do Pacto⁽¹⁹⁾.

Importa sublinhar que, nos inícios da II Guerra Mundial, a ideia federal aparecia com uma crescente popularidade entre os pacifistas. Lembre-se, a este propósito, as palavras do Secretário Geral do Gabinete Internacional da Paz, Henri Golay, publicadas na revista *Le Mouvement pacifiste*, em 1939: "Nous pensons que, quelles que soient les aboutissements de la guerre actuelle, ils ne seront que de misérables et périlleux recommencements si l'on ne se décide pas enfin à demander

⁽¹⁸⁾"Texte des résolutions adoptées par le XXXII^{ème} Congrès universel de la paix (Paris - 24-29 août 1937)", *Le Mouvement pacifiste*, septembre-octobre 1937, p. 60.

⁽¹⁹⁾"Résolutions et appels du XXXIII^{ème} Congrès universel de la paix, Zurich, 21-24 août 1939", *Le Mouvement pacifiste*, août-décembre 1939, p. 74.

à la Fédération de tous les peuples de l'Europe les solutions qu'il faut dès maintenant préconiser si l'on veut sauver le monde européen et le remettre en selle. Nous avons l'impression que c'est là l'avis unanime des pacifistes les plus compétents"⁽²⁰⁾.

Verificamos, deste modo, que a ideia europeia, no fim dos anos 30, é entendida pelos pacifistas como a solução do futuro para o velho continente, à semelhança do que propunham os primeiros Congressos Universais da Paz reunidos no fim do século XIX. É que a falência das soluções universais e a esperança cada vez mais longínqua de construir uma verdadeira federação universal alentaram de novo a ideia de uma união federal europeia no seio das aspirações pacifistas. Assim, poder-se-á considerar que os Congressos Universais da Paz representam, no período entre as duas guerras, um bom observatório da evolução da corrente europeísta. Eles permitem-nos compreender como esta ideia acabou progressivamente por se impor mesmo num meio que se preocupava com um internacionalismo triunfante. No entanto, a escala europeia impunha-se como a mais pertinente para resolver os problemas do Velho Continente, pese embora os Congressos Universais da Paz não tenham defendido uma visão europeia muito coerente e muito sólida, tantas e tão variadas foram as tendências manifestadas.

Na verdade, as concepções europeias difundidas pelos Congressos Universais da Paz não se diferenciam muito das principais inflexões conhecidas sobre a ideia de Europa entre as duas guerras: primeiro, uma visão mais económica na segunda metade dos anos 20; depois, uma visão mais política ao tempo da discussão do projecto de Aristide Briand. Um momento há em que prevalece essa ideia, mas num quadro regional, e, por fim, uma ideia nitidamente federal no fim dos anos 30.

Por tudo o que foi dito, podemos concluir que os Congressos Universais da Paz não propuseram concepções europeias originais mas deram, sem dúvida, um importante eco aos debates, então na ordem do dia no seio das elites europeias, sobre a União da Europa, sobre a Paz na Europa.

⁽²⁰⁾//Le secrétaire général du BPI aux lecteurs du mouvement pacifiste", *Le Mouvement pacifiste*, août-décembre 1939, p. 66.